

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/8521	12888/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Alteração à licença de loteamento - RUA DA EIRA, FREGUESIA DE NOGUEIRÓ E TENÕES		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 6436/2024

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Alteração à licença de loteamento - #G0100#

Assunto do Processo: Alteração à licença de loteamento - 15/1997/7634/0 - E/11616/2021 -
Alv. 3/1992

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica da DAT em anexo, considera-se que as **obras de urbanização reúnem condições para merecer aprovação**, condicionada à posterior apresentação das certidões do registo predial das parcelas com 275 m2 e 28 m2.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/8315 de 11 de Março de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de alteração às obras de urbanização nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

A emissão do respetivo averbamento deve ser requerida no prazo de um ano.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO _____ 6436/2024
REGISTOS DE ENTRADA _____ 2026-E-RE-4702 (DE 26/02/2026) E 2026-E-RE-4945 (DE 02/03/2026)
REQUERENTE _____
LOCAL DA OBRA _____ RUA DA EIRA, FREGUESIA DE NOGUEIRÓ E TENÕES
ASSUNTO _____ ADITAMENTO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO N.º 3/1992
APROVAÇÃO DAS OBRAS URBANIZAÇÃO

_10/03/2026

A. APRECIÇÃO DO PEDIDO**A.1. Enquadramento**

A.1.1. Na sequência da aprovação do aditamento à operação de loteamento titulada pelo **ALVARÁ N.º 3/1992**, sito na **RUA DA EIRA, FREGUESIA DE NOGUEIRÓ E TENÕES**, **BRUNA MANUELA VAZ FERREIRA DA COSTA** apresentou os projetos de especialidades relativos às obras de urbanização.

A.2. Instrução do Pedido

A.2.1. Os projetos de especialidades encontram-se devidamente instruídos.

A.2.2. As parcelas com 275 m² + 28 m², que perfazem o total de 303 m², foram adquiridas pela requerente à autarquia, conforme escritura de compra e venda celebrada em 16/12/2024. Até à emissão do aditamento ao alvará de loteamento devem ser apresentadas certidões do registo predial que comprovem a titularidade por parte da requerente.

A.3. Análise

A.3.1. A operação de loteamento foi deferida por **despacho proferido pelo Vereador do Pelouro do Urbanismo, datado de 02/12/2024.**

A.3.2. Ao domínio público são cedidos 360 m², destinados a faixa de rodagem e passeios.

A.3.3. Foram apresentados os seguintes projetos de especialidades e respetivos orçamentos:

- a) **Projetos de infraestruturas viárias e de drenagem de águas pluviais**, que mereceram aprovação da Divisão de Manutenção e Infraestruturas (DMI).
- b) **Projeto de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais**, que foi aprovado pela AGERE, tendo sido recebida a carta com o ofício n.º S02361-202602-AOP, datado de 26/02/2026.
- c) **Projeto de infraestruturas elétricas**, que mereceu aprovação da E-REDES, conforme informação datada de 21/10/2025.
- d) **Projeto de infraestruturas de telecomunicações (ITUR)**, o qual foi elaborado de acordo com a legislação em vigor.

A.3.4. Foi apurado o seguinte valor da caução para garantia de execução das obras de urbanização:

Infraestruturas Viárias	DMI	16.781,64 €
Drenagem Águas Pluviais	DMI	8.803,94 €
Abastecimento de Água	AGERE	4.164,34 €
Drenagem Águas Residuais	AGERE	3.898,30 €
Infraestruturas elétricas	E-REDES	6.466,82 €
Telecomunicações - ITUR		4.095,90 €
Orçamento global		44.210,94 €

A.3.5. Nos termos do n.º 3 do Artigo 54.º do RJUE em vigor, ao valor acima determinado será acrescido de 5%, **sendo o montante total da caução apurado de 46.421,49 €.**



- A.3.6. A operação urbanística está sujeita ao pagamento de **Taxa Municipal de Urbanização (TMU)**, no valor de **1.561,11€**, e à **compensação da área de espaços verdes e equipamento em falta**, no montante de **3.083,34 €**.
- A.3.7. Para efeitos de cálculo de taxas, o loteamento situa-se na **Área 1** da planta anexa à tabela de taxas.
- A.3.8. Deverá ser fixado o prazo de **24 meses** para a conclusão das obras de urbanização.
- A.3.9. Considerando as áreas cedidas (360 m², destinados a faixa de rodagem e passeios) e que o loteamento se situa dentro do perímetro urbano da cidade de Braga, os valores apurados para a inventariação de bens públicos são os seguintes:
- **Infraestruturas viárias** (faixa de rodagem e passeio):
$$= 50\% \times 46.421,49 \text{ €} + 30,00 \text{ €} \times 360 \text{ m}^2 = \mathbf{34.010,74 \text{ €}}$$
 [equivalente a **94,47 €/m²**]

B. CONCLUSÃO

- B.1. Face ao exposto, proponho a **aprovação das obras de urbanização**, condicionada à posterior apresentação das certidões do registo predial das parcelas com 275 m² e 28 m² [ver ponto A.2.2. que antecede].
- B.2. O pedido de emissão da alteração à licença de loteamento deverá ser solicitado no **prazo de um ano** a contar da data de notificação do ato de licenciamento, nos termos previstos no artigo 76.º do RJUE, **instruído com os elementos elencados no ponto 23 da portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, acompanhados das certidões referidas no ponto anterior e da planta de síntese, em formato digital, e de 4 exemplares dessa peça desenhada, em papel.**



Ido: 890000211626
Nº de Cliente: 1103695138
Ido: 500138809
Ido de Fornecimento:
IA DA EIRA 76 LT BRAGA BRAGA

D07600A168D9940CF1FE0ABCE619AA60913E
MUNICIPIO BRAGA
PRACA CONDE DE AGROLONGO S/N
BRAGA
4704-514 BRAGA

projeto de infraestruturas elétricas de serviço público foi aprovado

no(a). Senhor(a).

Projeto de infraestruturas elétricas de serviço público foi aprovado

seqüência da aprovação do projeto informamos sobre as condições técnico-administrativas a respeitar, de forma a garantir a ligação à

- Remete-se para o endereço eletrônico geral@plumavita.pt, a versão digital do projeto aprovado das infraestruturas elétricas (apreço, promovido pelo Requerente em assunto, o qual deverá cumprir as condições técnico-administrativas apresentadas em anexo bem como as seguidamente referenciadas:
- Responsabilizar-se pela execução das infraestruturas elétricas do presente loteamento/urbanização em conformidade com o projeto aprovado e sob fiscalização da E-REDES, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis..
- Solicitar e liquidar na E-REDES, pelo menos com 10 meses de antecedência, as importâncias devidas aos encargos do Requerente, designadamente:
 - ligações da infraestrutura à rede pública;
 - encargos relativos a participação nas redes;
- O fornecimento de energia elétrica aos diversos edifícios ou ligações provisórias para obras só poderá efetuar-se após a conclusão, Recepção e ligação das infraestruturas elétricas do loteamento/urbanização à rede pública.
- A ligação do(s) respetivo(s) circuito(s) de iluminação pública, só será possível após autorização e celebração de contrato(s) de fornecimento de energia elétrica, pela autarquia onde se inserem esta(s) infraestrutura(s).
- A E-REDES reserva-se o direito de arquivar todo o processo, e/ou de não proceder à sua ligação à rede de distribuição de energia elétrica, nem à instalação de quaisquer contadores (ainda que de obras ou provisórios), no caso do respetivo Requerente não cumprir integralmente as condições contidas na presente comunicação e respetivo Anexo (condições técnico-administrativas).
- A presente aprovação diz respeito ao projeto das infraestruturas de serviço público, em nome de Bruna Manuela Vaz Ferreira Costa, referente ao projeto de infraestruturas elétricas de serviço público localizado no lugar de Eira Pica ou Bouça - Tenões - B
- Pela análise do projeto, constatando-se a opção por luminárias de uso não corrente e/ou não padronizadas, quando for necessária a sua substituição, o Município deverá assegurar a entrega desses equipamentos de substituição, ou mediante acordo entre E-RE e o Município (Portaria 454/2001). Caso o Município não atue nos moldes referidos dentro do prazo concedido para o efeito, a substituição será efetuada por equipamento de uso corrente. Os aparelhos deverão estar em cumprimento com o documento normativo DRE-C71-001/N.
- Devido a fatores/constrangimentos não possíveis de identificar/acautelar em fase de projeto, poderão vir a ser solicitadas pela E-REDES alterações, em fase de obra, aos traçados agora aprovados.
- O projeto elétrico para licenciamento junto da DGEG referente às obras, e respetivo Plano de Segurança e Saúde (PSS), é da responsabilidade da entidade executante, requisitante ou E-REDES, de acordo com opção de construção escolhida. Caberá à E-REDES a responsabilidade técnica do licenciamento das obras de infraestruturas públicas, na qualidade de concessionária da distribuição de energia elétrica, pelo que antes do início da execução, o projetista ou promotor deverá entregar à E-REDES todos os elementos constituintes do projeto de licenciamento em suporte digital. Os elementos necessários para a elaboração deste projeto serão disponibilizados após a abertura e aceitação do respetivo pedido de ligação. Após receção e validação das peças do projeto de licenciamento, a E-REDES requererá à Direção Geral de Energia e Geologia o licenciamento das instalações, nas condições definidas na legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 446/78 de 5 de Junho). Os trabalhos apenas poderão ser iniciados após o licenciamento das infraestruturas e a obtenção da licença de estabelecimento, caso as mesmas careçam da respetiva autorização de execução.
- No seguimento da aprovação deste projeto de infraestruturas de serviço público, e de forma a dar seguimento ao processo, deve o solicitante junto dos canais disponíveis a abertura de um: Pedido de ligação de Urbanização Baixa Tensão.
- O prazo de validade da aprovação deste projeto será de 2 anos a partir da data da presente carta.

as condições, caso mereçam a concordância do Município, deverão constar do alvará de loteamento/urbanização. Envie-nos uma cópia do documento, após a sua emissão, através do formulário online, disponível na área Contacte-nos, em e-redes.pt. Para tal, deve seleccionar a opção "Solicitação de Aumento de Potência".

a efeitos de caução, destinada a garantir a boa e regular execução das infra-estruturas eléctricas e outros encargos relativos à ligação, estima-se um valor de 6.466,82 €. Esta caução é prestada a favor da Câmara Municipal, de acordo com os números 1, 2, e 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 139/2014, de 9 de setembro.

BALCÃO DIGITAL
 Todos os serviços num único sítio
 balcaodigital.e-redes.pt



Apoio ao Cliente
 218 100 100
 8h-20h | Dias úteis

Leitura do Contador
 800 507 507
 24h | Grátis

Avarias Elétricas
 800 506 506
 24h | Grátis

WhatsApp E-REDE
 913 846 398
 24h



comendamos a consulta do "Guia Técnico das Urbanizações", disponível em e-redes.pt.

precisa de falar connosco?

aceda ao Balcão Digital, em balcaodigital.e-redes.pt, e utilize os serviços criados a pensar em si. Envie as suas questões e/ou pedidos através da área "Contacte-nos"- opção "Ligações à Rede e Aumentos de Potência".

Com os melhores cumprimentos,

BALCÃO DIGITAL

Todos os serviços num único sítio

balcaodigital.e-redes.pt



Apoio ao Cliente

218 100 100

8h-20h | Dias úteis

Leitura do Contador

800 507 507

24h | Grátis

Avarias Elétricas

800 506 506

24h | Grátis

WhatsApp E-REDES

913 846 398

24h



CONDIÇÕES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS

A execução dos trabalhos obedecerá ao projeto previamente aprovado pela E-REDES. Eventuais alterações deverão ser atempadamente comunicadas e merecer o acordo desta Empresa, e da Câmara Municipal, na parte referente à Iluminação Pública. No final da obra deverá ser entregue uma cópia devidamente atualizada das peças desenhadas em suporte informático em formato dwg, com pontos georeferenciados, no sistema Hayford – Gauss, Datum 73 (telas finais).

Deverá ser comunicado o início dos trabalhos pela empresa responsável pela execução das infraestruturas elétricas, a qual deverá cumprir as seguintes condições:

- Estar certificado no “Sistema de Garantia de Qualidade”, de acordo com as Normas ISO 9000 ou equivalentes ou, em alternativa, ter sido qualificada no âmbito do Sistema de Qualificação de Fornecedores da E-REDES para executar os trabalhos pretendidos, e de acordo com a sua natureza e valor;
- Ser titular de Alvará, Título de Registo ou registo no InCI, I.P., que habilite à execução de trabalhos incluídos na categoria “Instalações elétricas e mecânicas” e na correspondente subcategoria aplicável, devendo o valor orçamentado para os trabalhos a realizar não ultrapassar o valor das classes correspondentes à categoria e subcategorias em causa. Tratando-se de trabalhos com valor inferior a 10% do limite fixado para a classe 1, o Título de Registo emitido pelo InCI, I.P. poderá substituir o Alvará ou Título de Registo já referidos, para os mesmos efeitos. Estando em causa entidades legalmente estabelecidas noutros Estados-Membros da União Europeia e não estabelecidas em Portugal, o seu registo no InCI, I.P., poderá substituir o Alvará ou Título de Registo já referidos, para os mesmos efeitos;
- Dispor de um técnico responsável pelo projeto (existindo projeto a seu cargo) e um técnico responsável pela execução da infraestrutura a construir e a ligar às redes, com base na legislação em vigor, devendo, cada um deles, subscrever o correspondente termo de responsabilidade;
- O empreiteiro selecionado tem de constar na lista de entidades registadas em e-redes.pt/pt-pt/fornecedores/reconhecimento-de-empresas encontra-se a lista de entidades registadas bem como as condições para proceder ao registo, se necessário.

Exclusivamente no âmbito e para os efeitos da legislação em vigor aplicável ao sector elétrico, a fiscalização da obra será sempre de responsabilidade da E-REDES. O Requerente não poderá dar início aos trabalhos sem a E-REDES confirmar estarem reunidas as condições para tal, devendo, para o efeito, apresentar um cronograma de execução das obras, sob pena dos mesmos poderem não ser aceites pela Empresa.

A natureza de alguns trabalhos que possam interferir, quer com instalações da E-REDES já construídas, quer com idênticas instalações em curso, dos operadores, deverá implicar a presença de um elemento da fiscalização desta Empresa, pelo que os trabalhos não deverão ter início se não se verificar aquela presença.

O executante deverá tomar conhecimento prévio, junto dos respetivos distribuidores ou operadores, de todos os traçados aéreos e subterrâneos de outras canalizações coletivas (de energia elétrica, telecomunicações, águas, saneamento, gás, etc.) existentes no local do trabalho a evitar a sua danificação, responsabilizando-se integralmente pela reparação das partes desses traçados que eventualmente venham a ser danificados.

No caso de o terreno ser atravessado por linhas aéreas de Alta Tensão/Média Tensão, deverão ser respeitadas as distâncias regulamentares impostas pelo Decreto-Lei 1/92 de 18 de fevereiro. Chamamos a atenção para o facto de ter de ser preservado o espaço livre de passagem da linha, devendo ser observadas as distâncias regulamentares, relativamente a edificações a construir sob a linha considerada.

Informamos também que deverão ser tomados cuidados especiais na montagem e manobra de quaisquer dispositivos auxiliares utilizados na construção de edifícios (gruas, guindastes, etc.) sob as linhas de Alta Tensão/Média Tensão, devendo a E-REDES ser obrigatoriamente consultada, por escrito, para que se pronuncie acerca dos procedimentos e cuidados a ter para que este tipo de equipamentos possa ser utilizado e manobrado em total segurança. A não solicitação do parecer acima mencionado, ou o não acatamento deste, implicará para o requerente a total responsabilidade, civil e criminal, por qualquer acidente que venha a ocorrer.

Os encargos resultantes de eventuais modificações de infraestruturas (não da iniciativa da E-REDES), decorrentes da verificação de incompatibilidades com futura implantação dos lotes, não constituirão em circunstância alguma responsabilidade da E-REDES.

Os materiais a aplicar deverão ser de boa qualidade e obedecer às especificações da E-REDES.

As amostras dos materiais deverão ser previamente submetidas à aprovação da fiscalização com a indicação dos fabricantes propostos; as datas previstas para os ensaios/recepções, os quais serão a expensas do Requerente ficando os respetivos boletins arquivados na Empresa. Deverão ser efetuados ensaios de conformidade, na presença da E-REDES, aos materiais e equipamentos instalados, nomeadamente cabos isolados, transformadores de potência e armários de distribuição.

O Requerente será responsável pela coordenação da montagem das redes de águas, gás, saneamento, telefones e eletricidade por forma a que a instalação da infraestrutura elétrica seja feita logo a seguir às redes de águas, gás e saneamento e segundo o esquema de implantação do subsolo definido pela Câmara Municipal.

O Requerente será o único responsável pela reparação das avarias na eventualidade das redes de energia elétrica virem a ser danificadas durante a sequência da instalação de outras infraestruturas.

Durante o prazo de execução e de garantia, o Requerente será responsável pela reparação de todos os defeitos ou prejuízos que ocorrirem na obra em resultado de qualquer uma das causas a seguir descritas, que se tornem patentes durante o período de garantia:

- a) defeito nos materiais e equipamentos, nos processos de fabrico, construção e montagem;
- b) qualquer ato ou omissão do Requerente, empreiteiros ou subempreiteiros por si contratados;

O Requerente será responsável pela consequente substituição de qualquer peça, componente ou equipamento defeituoso por si fornecido.

Todas as reparações e substituições serão feitas com o mínimo de demora possível, sem encargos para a E-REDES e com o mínimo de perturbação possível para a exploração.

Durante o período de garantia, todo e qualquer equipamento, componente ou peça que substituir outro ou outros em razão da manufatura, ou qualquer parte da obra que tenha sido reparada, também em razão da mesma garantia, terá, a partir da data da sua entrada em serviço, a mesma garantia.



viço, um período de garantia idêntico ao inicial.

É da responsabilidade do requerente o fornecimento e montagem das infraestruturas que constam no projeto aprovado. Quando as estruturas elétricas incluírem Postos de Transformação, ressalva-se o seguinte:

- a) É da responsabilidade do Requerente a aprovação prévia na Câmara Municipal, da implantação, aspeto arquitetónico e enquadrar paisagístico do(s) edifício(s) ou cabina(s) pré-fabricada(s) destinado(s) ao(s) Posto(s) de Transformação e Seccionamento, devendo, no entanto, garantir o livre acesso aos Postos de Transformação diretamente da via pública, a qualquer hora do dia ou da noite.
- b) A área necessária para a construção do(s) Posto(s) de Transformação e seccionamento previsto(s) no referido projeto, deverá ser cedida pelo requerente, a esta empresa, mediante documento autenticado e não poderá ficar integrado em/ou constituir uma área autónoma;
- c) O(s) posto(s) de transformação deverá(ão) cumprir a legislação específica relativa ao Ruído, nomeadamente o DL 9/2007 (Regulamento Geral do Ruído) e o DL 129/2002 (Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios) alterado pelo DL 96/2008. Ainda e acrescido, no que se refere ao ruído em Postos de Transformação, deverá ter-se em consideração o que está prescrito no documento "Requisitos de Ruído em Postos de Transformação" (D00-C13-030/N) e no Guia para Controlo e Mitigação do Ruído em Postos de Transformação.
- d) Para os casos de Postos de Transformação a integrar (ou que tenham de ficar rigidamente ligados) em edifícios ou junto de zonas de ocupação sensível, onde não seja viável afastar o compartimento do(s) transformador(es) desses locais, este compartimento deverá ser objeto de um estudo de condicionamento acústico validado pela realização de ensaios numa entidade acreditada para o efeito, de modo a garantir que a transmissão de ruído e vibrações para fora deste compartimento seja desprezável à luz das exigências regulamentares nacionais para esta temática. O estudo de condicionamento acústico e respetivos ensaios de validação deverão respeitar os requisitos acústicos definidos pela regulamentação atualmente em vigor.
- e) Antes da Recepção provisória, deverão ser-nos entregues os seguintes documentos:
 - comprovativo da origem de fabrico/fornecedor do(s) Transformador(es) de Potência, que deverá respeitar o definido no Regulamento (EU) 2019/1783 da Comissão, de 1 de outubro (EcoDesign);
 - relatório de ensaios de série do(s) Transformador(es) de Potência, de acordo com DMA aplicável;
 - para Postos de Transformação inseridos em prédios, relatório de ensaio acústico emitido por entidade acreditada para o efeito, que demonstre o cumprimento dos requisitos exigíveis pela legislação específica relativa ao Ruído e demais regulamentações sobre o assunto.

Recomenda-se a consulta do "Guia Técnico de Urbanizações", disponível no site e-redes.pt.



Exmo. Senhor
Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4704 - 514 Braga

<i>Sua Refª:</i>		<i>Nossa Refª:</i>	S02361-202602-AOP
<i>Sua Comunicação:</i>	14/11/2025	<i>Data:</i>	26/02/2026
<i>Assunto:</i>	Construção de infraestruturas de AA e SAR - Projeto de loteamento_ aditamento. Local da Obra: Rua Eira - Tenões - Braga		

Na sequência da apresentação de projetos de aditamento de especialidade com processo da Câmara Municipal de Braga, n.º 6436/2024, com um exemplar do projeto de construção de infraestruturas do loteamento, em nome de Bruna Manuela Vaz Ferreira Costa, para Rua Eira - Tenões - Braga, informamos:

Abastecimento de água:

O projeto aditamento da 1ª alteração do loteamento urbano n.º 3/1992, em nome de Chenog – Cooperativa de Habitação Económica de Nogueiró, C.R.L., submetida por
visa dotar este loteamento de infraestruturas públicas de água num terreno não edificado e agora para habitação com três novos lotes de habitação em um terreno anexado ao mesmo loteamento.

O licenciamento da rede de incêndio é da competência da ANEPC, designadamente, no que diz respeito às necessidades de meios de intervenção/hidrantes exteriores.

Alterou a boca de incêndio para marco de incêndio, dando cumprimento ao art.º 55º, do decreto-lei n.º 23/95 de 23 de agosto.

A descarga de fundo está localizada no ponto baixo da rede de AA, nó 1 conforme era referido na informação anterior.

Esta descarga deve ser instalada em caixa de visita de betão e com ligação à rede de águas pluviais e localizadas a montante ou a jusante de válvulas de seccionamento.



A caixa aonde será instalada a descarga de fundo deve ser visitável com degraus e ter dimensões que permitam o acesso à mesma para efeitos de manutenção e operação.

Deve ser dimensionada de acordo com o artigo n.º 49 do decreto-lei n.º 23/95 de 23 de agosto.

O requerente deve prestar uma caução no valor de 4 164,34 €.

O projeto aditamento de alteração do loteamento está aprovado condicionado ao acima exposto.

Mais se informa que a AGERE tem como um dos objetivos estratégicos a redução de perdas de água, desta forma as condições de fornecimento de água em termos de pressão disponível poderão sofrer alterações.

Saneamento

Drenagem de águas residuais:

O projeto aditamento apresenta a 1ª alteração do loteamento urbano n.º 3/1992, em nome de Chenog – Cooperativa de Habitação Económica de Nogueiró, C.R.L., submetida por _____ relativa a obras de urbanização de infraestruturas públicas de águas residuais a novos lotes de habitação, em terreno anexo ao antigo loteamento.

O projeto aditamento dá satisfação ao solicitado através da carta com ofício n.º S16220-202510-DE de 31/10/2025, refazendo o projeto de modo que a ligação é executada à caixa existente com altura de 1,30m de acordo com o SIG da AGERE.

A tubagem do coletor e ramais a instalar deve ser em PVC liso SN8 ou PN10.

Em zonas de aterro inferior a um metro deve ser envolvida em betão simples, para proteção, incluindo todos os trabalhos, materiais e equipamentos necessários.

Toda a tubagem enterrada deve ser identificada com fita sinalizadora castanha com referência Saneamento, colocada de 10 a 30 cm acima do aterro do extradorso superior da tubagem.

As dimensões mínimas interiores das CRL em planta devem ser de 60x60 em seção quadrada e diâmetro de DN 800 em seção circular para alturas inferiores ou iguais a 1 metro.

Para alturas da CRL entre 1,0 e 1,50 m as dimensões mínimas interiores em planta serão de 80x80 em seção quadrada e diâmetro de DN 800, em seção circular.



A caixa de visita na sua dimensão interior, em planta, não deve ser menor que 1,20 m.

O requerente deve prestar uma caução no valor de 3 898,30 €.

O projeto aditamento de alteração do loteamento está aprovado condicionado ao acima exposto.

Mais se informa que a AGERE tem como um dos objetivos estratégicos a redução de afluências indevidas, pelo que deverão ter em atenção os materiais e as condições de estanqueidade na instalação dos coletores e caixas de visita das redes horizontais.

Resíduos Urbanos:

Face aos novos elementos apresentados, nomeadamente proposta de reposicionamento de contentor de resíduos indiferenciados e ecoponto existentes, **valida-se a proposta de urbanização.**

Os trabalhos de construção civil associados serão responsabilidade do promotor.

Nota: Recomenda-se a leitura e cumprimento do Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Braga, que consta do site da AGERE e Balcão de atendimento ao Município, nomeadamente quanto à execução de ramais e comunicação do início de obra.

Condições de aprovação:

Deverá comunicar obrigatoriamente e por escrito, o início da execução das infraestruturas, com o mínimo de oito dias de antecedência e indicar o prazo de duração da obra, para que a AGERE acompanhe os trabalhos e efetue a fiscalização da rede.

Deverão ser apresentados todos os elementos relativos à classe dos materiais, homologação e comprovativos dos ensaios efetuados, para serem presentes ao projeto apresentado.

O pedido de vistoria para efeitos de receção provisória das infraestruturas deverá ser precedido da entrega dos seguintes documentos:

Telas finais georreferenciadas do projeto urbanístico contendo peças escritas e desenhadas das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais em suporte físico e informático, que correspondam exatamente à obra executada,



rede e equipamentos urbanos de acordo com o ficheiro “template” disponibilizado pela AGERE/Departamento de Engenharia.

Ensaio de pressão nas condutas de abastecimento de água instaladas ao abrigo do art.º 111 do decreto-lei n.º 23/95 de 23 de agosto e inspeção vídeo aos coletores e ramais de águas residuais instalados de acordo com a norma EN 13508-2.

As tampas das cabeças das válvulas deverão estar de acordo com o desenho em anexo.

As tampas das caixas de águas residuais deverão estar de acordo com o desenho anexo.

No âmbito das competências desta empresa, comunica-se que na fase de receção das infraestruturas caso se verifiquem deficiências de instrução do processo e/ou incumprimento das formalidades atrás referidas, será o pedido de vistoria rejeitado liminarmente, que determinará ou executará as obras de acordo com a tomada de posse dos trabalhos definidos na legislação em vigor.

Com os melhores cumprimentos,

Assessoria de Obras Particulares



PROCESSO (SPO): 6436/2024 de 11/11/2024 (15/1997/634/0)

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-16672 de 29/07/2025

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Quinta da Eira, Pico ou Bouças - Nogueiró

ASSUNTO: Projetos de especialidades de estabilidade, infraestruturas viárias e da rede de drenagem de águas pluviais

Exma. Sra. Chefe de Divisão,
Eng.^a Ida Sousa

T/2025/129221 13/11/2025

O requerente, vem no registo **2025-E-RE-26473** apresentar os projetos de especialidade de estabilidade, de infraestruturas viárias e da rede de drenagem de águas residuais pluviais com intuito de dar resposta à informação **2025-28697** de **31/10/2025** anexada à tarefa T/2025/86991.

Os projetos estão acompanhados dos termos de responsabilidade dos seus autores a atestar a observação das normas legais e regulamentares aplicáveis na sua elaboração, pelo que relativamente aos projetos de especialidade de estabilidade e da rede de drenagem de águas pluviais, entende-se que foi dada resposta á informação que antecede.

Contudo relativamente ao projeto de infraestruturas viárias entende-se que os pontos a seguir transcritos, ainda não obtiveram resposta:

"1. Solicita-se a revisão da MDJ, mais especificamente as alíneas do ponto 5. Considerações sobre o traçado, em que é referido em quase todas as alíneas, que não há intervenção nos arruamentos existentes, no entanto, comparando a planta síntese original com a planta síntese agora aprovada, verifica-se que da aprovação deste aditamento resultará a necessidade de intervenção nos arruamentos existentes.";

"2. Devem ser considerados os trabalhos de demolição dos pavimentos existentes e consequente pavimentação, em que os trabalhos de natureza distinta devem ser apresentados separadamente, quer a norte dos lotes 76 e 77 na baía de estacionamento e passeio na confrontação com a En-103-3 Avenida da República, quer no passeio / caminho pedonal entre os lotes 76 e 77, quer na zona de junto ao lote 39.";

"3. Tendo em conta o mencionado anteriormente deve ser apresentado na MDJ as soluções e os métodos construtivos a serem executados.";

"6. Os trabalhos necessários para a reorganização da baía de estacionamento e passeio no limite norte estão em falta, os mesmos devem ser considerados e quantificados.".

Mais verificou-se uma incongruência na Memória Descritiva e Justificativa (MDJ), falta atualizar o ponto **"6.1. Pavimento Paralelo para Passeios."** para a solução agora apresentada.

Assim, considera-se que os projetos das três especialidades podem ser **deferidos condicionalmente**, à resposta das considerações anteriores.

Mais se informa que, sem estarem considerados os trabalhos em falta, a estimativa orçamental para a execução das infraestruturas orça em **25 585,58€**, da distribuída da seguinte forma:

- Estabilidade – **11 217,40€**;
- Infraestruturas viárias – **5 564,24€**;
- Rede de drenagem de águas residuais pluviais – **8 803,94€**.

O requerente deverá comunicar o início dos trabalhos à Divisão de Manutenção de Infraestruturas com antecedência mínima de 5 dias e poderá ser exigido pelo Município, em fase de obra, no âmbito das regulares ações de fiscalização, a apresentação de documentação de controlo de qualidade.



Ainda em fase de obra, deverá ser entregue o **ensaio de inspeção vídeo** aos coletores e ramais de ligação instalados de acordo com a norma EN 13508-2, não devendo ser executados os trabalhos de pavimentação até à obtenção da análise desta inspeção vídeo com parecer positivo.

De referir ainda que, **o pedido de vistoria para efeitos de receção provisória** das infraestruturas deverá ser precedido da entrega das telas finais georreferenciadas (PT-TM06-ETRS89) do projeto contendo as peças desenhadas em suporte físico e digital que correspondam exatamente à obra executada.

À consideração superior.

27/11/2025

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Processo nº 6436/2024**Requerente:****Local da Obra:** Rua da Eira - União das freguesias de Nogueiró e Tenões**Data:** 05/11/2025**Unidade Orgânica:** Divisão de Mobilidade**Técnico Responsável:**

Informação Técnica

Analizou-se o presente processo no seguimento da atribuição da tarefa T/2025/87001, à Divisão de Mobilidade, com a solicitação de parecer por parte da Divisão de Procedimentos Urbanísticos. O processo consiste num Pedido de Aditamento relativo a uma Operação de loteamento titulada pelo Alvará nº 3/1992, em fase de aprovação do Projeto de Sinalização Rodoviária. No âmbito das competências da Divisão de Mobilidade, entende-se pertinente efetuar as observações abaixo listadas.

1. O Requerente vem pelo presente solicitar a dispensa de apresentação de Projeto de Sinalização Rodoviária justificando que as alterações entregues em nada alteram a sinalização existente.
2. Considera-se admissível a justificação apresentada uma vez que as alterações propostas não interferem com a sinalização existente no local.
3. Dado o exposto, no que concerne à Divisão de Mobilidade, considera-se que a proposta reúne condições para o deferimento.

